

Cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Nacionais e Regionais da
Ordem dos Arquitectos – Triénio 2017/2019
8 de Fevereiro de 2017

Exmº Senhor Presidente da Republica

Quero começar por lhe agradecer a sua presença, que é uma honra para todos os arquitetos portugueses e representa a importância que V. Exª confere à Arquitetura e ao exercício da nossa profissão. É um reconhecimento que tem um especial valor, vindo de quem vem pela afirmação pública da sua consciência acerca de uma atividade que visa, na sua mais nobre essência, o desenho e a produção dos espaços que tendem a qualificar as mais diversas vivências sociais, desde o ordenamento do território, à cidade, a maior criação do Homem e, da cidade, às instituições que formalizam as nossas aspirações comuns, até à casa, refúgio último da intimidade. Quando tentamos, como sempre tentamos, transformar o útil em belo, o nosso exercício é um ato de cidadania, porque estando ao serviço de toda a comunidade, tem a dignidade maior de ser o Homem o seu objeto último, na sua luta incessante pela liberdade e pela felicidade.

Muito obrigado por estar entre nós, Senhor Presidente da Republica.

Saúdo, ainda, os caros colegas João Santa-Rita, Presidente Cessante da Ordem dos Arquitectos e José Manuel Pedreirinho, eleito seu novo Presidente: saúdo os dois e as respetivas equipas. Uns pela continuada, perseverante e inestimável ação desenvolvida na defesa da qualidade da Arquitetura e da dignidade da nossa profissão em época de crise devastadora, os outros, pelo que representam de esperança na consolidação dos valores que aqueles defenderam.

Queria saudar, ainda, os meus companheiros da Mesa da Assembleia Cessante e, obviamente, agradecer à Drª Cidalina Duarte as suas incedíveis amizade e competência profissional.

É interessante como ao longo dos anos, e eu já tenho bastantes, vamos dizendo, por palavras diferentes, exatamente as mesmas

coisas que representam uma constante do pensamento da nossa classe, apenas marcado por alguns circunstancialismos que não lhe alteram a essência.

Temos mantido, desde a Civilização Grega, uma concepção demiúrgica do arquiteto como uma espécie de entidade capaz de ordenar ou reordenar o mundo.

E nas visões mais moralistas, o arquiteto é, não só capaz de desenvolver aquela tarefa quase divina, como tem obrigação de colocar o seu saber ao serviço da Ordem Universal.

Lembrando os três subtemas ou lemas do nosso último Congresso, eu diria que a nossa posição milenar é **saber** como **fazer** para **acontecer** o que achamos que deve acontecer.

Mas temos tido sucesso nesta nossa tão nobre, como exagerada, pretensão?

Falemos de Portugal.

Alheados como estamos, mesmo quando pensamos que não, das grandes decisões que marcam e qualificam o território e a cidade, sabemos fazer, de acordo com as variações do humor ou dos interesses dos nossos clientes que, afinal, decidem e definem tudo.

Assim, alheados das decisões políticas, procuramos responder, com eficácia e espírito de serviço. Temos, pois, ao longo do tempo, manuseado a diversidade das linguagens com uma galhardia e empenho e, digo eu, alguma subserviência que nos livraram sempre das fogueiras da Inquisição.

Até que um dia Keneth Frampton descobriu, exatamente ao contrário do que pensámos que, da periferia, transformávamos o particular em universal, dada a forma como encarámos positivamente aquele particular. A divulgação e o sucesso do que aquele autor chamou de Regionalismo Crítico, deu-nos a conhecer ao mundo, sobretudo através da obra de Siza Vieira e, baseando-se numa leitura que, do meu ponto de vista, carece de sustentabilidade objetiva, deu-nos algum poder e, pela primeira vez, fomos ocupando lugares de decisão.

Do meu ponto de vista, os arquitetos portugueses dos séculos XX e XXI são “universalistes”, como bem expressa o título da recente Exposição de Arquitetura Portuguesa, realizada em Paris, porque

inversamente ao sugerido por Frampton, transformam, como sempre transformaram, o universal em local, socorrendo-se de um vasto e profundo conhecimento sobre a evolução da arquitetura e da cidade

A verdade é que fomos invadidos por um precário otimismo pelo reconhecimento do protagonismo de alguns na construção das novas imagens, transformadas em ícones de referencia essencial para as cidades e que constituem, vamos dizendo nós, o reverso da medalha da desordem do nosso território.

Sendo esta desordem, cujo paradigma é o Vale do Ave, uma das provas das injustiças sociais e das nossa debilidades, somos obrigados a reconhecer que constitui, no terreno e na sua respiração vital, a maior contestação ao zoning mortífero do Moderno e à cidade estratificada em classes.

Assim, aqui estamos, entre o “star system” da boa arquitetura das revistas e das exposições e o urbanismo difuso do Vale do Ave, para dignificar a Arquitetura e retirar do apagamento a maior parte dos arquitetos portugueses tentando que, no futuro, venha a acontecer o que sabemos fazer. É o que se espera dos novos dirigentes da Ordem.

Acredito firmemente que deveremos, na crítica a qualquer política sobre estas matérias, procurar os argumentos, não nas razões práticas, económicas ou outras, mas nas razões de fundo que as fundamentam.

Resgatar a Arquitetura passa por valorizar o seu ensino e a formação continua dos profissionais que a exercem, nunca distinguindo a competência, do seu exercício no plano ético. Só o desespero poderá justificar os desmandos de competição selvagem a que a crise e o liberalismo desregulado que grassou na sociedade portuguesa, deram pretexto.

Insisto neste ponto por mais que o amoralismo vigente tenha colocado a ética fora de moda: não distinguimos a competência, da ética, pensando, que só assim dignificaremos a Arquitetura, dando-nos força moral e plenas razões, ainda, para lutar contra a concorrência de outras atividades profissionais.

Como devem calcular nada tenho contra os engenheiros com quem ao longo da minha vida sempre mantive uma ótima relação. No entanto,

juntos como classe a reivindicar privilégios e benesses que não lhes são devidos, tenho estado, pelo menos, atento.

Parece-me inegável que na presunção do manuseamento dos avanços tecnológicos da sua disciplina, o que lhes tem dado alguma autoridade no nosso mundo de província pré-moderna, têm secundarizado, para seu próprio mal, a qualificação e atualização dos seus conceitos, por forma a credibilizar o seu discurso num plano cultural mais exigente.

Esta exigência não se compadece com visões puramente quantitativas, de aparente rigor ou objetividade, a esconder dificuldades teóricas na compreensão rigorosa e objetiva do pensamento científico e das suas relações com o pensamento artístico, no nosso tempo.

E assim, por vezes, infelizmente, acentuam-se clivagens e ambiguidades entre os campos disciplinares da arquitetura e da engenharia que insiste em se auto proclamar como espécie única de “inteligência técnica”.

A defesa que os arquitetos sempre fizeram da sua autonomia disciplinar, que para estes nunca deixou de ser clara, tem sido uma luta difícil que atravessou o século passado, até ao reconhecimento definitivo, julgávamos nós, do projeto de arquitetura como denominador comum de todos os intervenientes no processo de produção de qualquer obra. De facto, é ele, através do seu autor/coordenador, que deverá ser reconhecido e valorizado, o único elemento capaz de estabelecer, na inter disciplinaridade, todas as necessárias convergências.

Hoje, aos arquitetos, é conferida, a responsabilidade do delineamento e da construção, seguindo a terminologia de Alberti, constituindo esta última, ainda, um ambíguo, embora fértil, território de partilha, mantendo-se neles, arquitetos, a indiscutível responsabilidade da síntese que garante a unidade formal do projeto.

Pelos vistos a luta continua e para ela teremos que encontrar as nossas armas próprias, não mimetizando as deles que se baseiam na setorização do conhecimento através de um especialismo pretensamente científico. A arquitetura tem resistido à sua fragmentação, e cada vez mais penso que a devemos defender na sua unidade e fazer disso a nossa diferença e a nossa força.

Os arquitetos, como dizia Fernando Távora, são especialistas em Arquitetura e não em património, direção de obras ou urbanismo e daqui a pouco em arquitetura hospitalar ou escolar.

Devemos e desculpem o moralismo, é fazer da convicção na capacidade e força do desenho, como instrumento e como desígnio, na certeza de que não há ciência que vença a criação artística.

Só assim, no orgulho de sermos pedreiros de obra grave, venceremos o desgaste a que temos estado sujeitos.

Salvemos, na consideração da autonomia disciplinar da arquitetura, a nossa unidade como corpo e que esta cerimónia, enriquecida com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da Republica, seja uma afirmação interna e pública da força das nossas convicções renascidas e fortalecidas.

Muito obrigado